

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A
Al. Barão de Limeira, 425, Campos Eliseos, CEP 01202-900, São Paulo, SP

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

Diretoria-executiva: PAULO NARCELIO AMARAL (financeiro), ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ADALBERTO FERNANDES (industrial/tecnologia) e MARCELO EPSTEJN (circulação)

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Favoritismo inercial

Estabilidade no Datafolha favorece Lula; resultado pode levar oposição a atacar mais o presidente no flanco ético

SESSENTA milhões de eleitores, deduz-se a partir do que apurou o Datafolha mais recente, estariam dispostos a reconduzir Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência se a votação fosse realizada hoje. A 39 dias do primeiro turno e vencida a primeira semana de propaganda política no rádio e na TV, as chances de o petista ser reeleito dispensando uma segunda rodada eleitoral permanecem no mesmo patamar em que estavam há duas semanas.

Lula mantém-se dez pontos percentuais à frente do conjunto de seus adversários —será eleito no primeiro turno se obtiver, em 1º de outubro, mais votos do que todos os conquistados pelos seus concorrentes. Em termos puramente estatísticos, essa é uma margem que pode ser fácil e rapidamente anulada; basta, por hipótese, que o grupo dos outros seis candidatos ao Planalto amealhe cinco pontos percentuais do representante do PT.

No entanto, o simples fato de os principais parâmetros da pesquisa não terem se alterado, a esta altura do processo sucessório, é um fator inercial que conta a favor dos interesses do petista. Nesse sentido também têm caminhado alguns indicadores estatísticos mais específicos, o que contribui para a percepção de que a preferência do eleitor está em processo de solidificação.

De cada 100 pessoas que assinalam o nome de Lula, após estimuladas pelo Datafolha, 80 afir-

mam estar totalmente decididas quanto a seu voto —eram 74 em meados de julho. A rejeição, outro elemento que em potencial limitava a ascensão petista e favorecia a do ex-governador Geraldo Alckmin, também mudou de configuração. Caiu o índice dos eleitores afirmando que não votariam em Lula de jeito nenhum, e o inverso ocorreu com Alckmin. Agora a rejeição ao petista e a ao tucano estão no mesmo patamar: cada um é recusado por um quarto dos eleitores.

Essa aparente decantação não pode ser tomada como tendência inexorável. Índices de fidelidade, taxas de rejeição e níveis de intenção de voto estão todos sujeitos a oscilações bruscas numa campanha eleitoral cujo ápice ainda está por vir.

O que se conclui dessa primeira pesquisa após o início da propaganda na TV e no rádio é que ficou mais difícil para a oposição evitar a vitória de Lula nas urnas. O índice de aprovação recorde obtido pelo governo federal e o fato de as simulações de segundo turno estarem apontando um distanciamento favorável ao petista corroboram essa leitura.

Na campanha de Geraldo Alckmin, o estreitamento das perspectivas de vitória trazido pelo Datafolha deu força aos que propugnam por uma inflexão na estratégia da campanha. Querem que Lula seja cobrado de modo mais incisivo no seu flanco mais vulnerável —o campo ético—, algo que não aconteceu até aqui.

Não se sabe qual será a reação do eleitorado a um endurecimento nos ataques ao presidente e à exposição sistemática da série impressionante de escândalos que ocorreram ao longo de seu governo. Mas à oposição restam cada vez menos alternativas além de pagar para ver.

Para ganhar tempo

A QUE tudo indica, o Irã não irá paralisar seu programa de enriquecimento de urânio, como exige o Conselho de Segurança da ONU. A resposta de Teerã à oferta de incentivos econômicos em troca da suspensão de atividades nucleares parece mais uma tentativa de ganhar tempo e dividir as potências que pressionam o país.

A resposta iraniana, qualificada por diplomatas alemães como "volumosa e complexa na essência" —um eufemismo para verbosidade e confusa—, ainda não foi publicada. Mas Teerã já antecipou que não cumprirá o prazo dado pela ONU (31 de agosto) para a suspensão do seu programa de enriquecimento.

A estratégia iraniana, embora simplista, deverá ter êxito, menos pelas habilidades diplomáticas do presidente Mahmoud Ahmadinejad do que pela divisão dos países que pressionam o Irã.

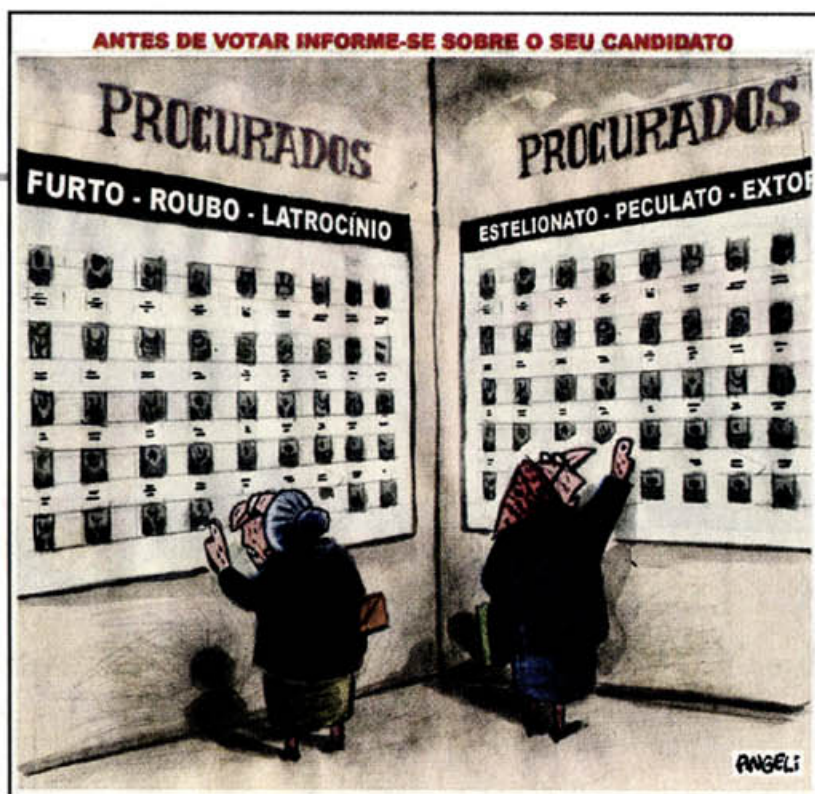
Em teoria, EUA, Reino Unido, França, Rússia, China e Alema-

nha estão unidos em relação à necessidade de Teerã suspender seu programa nuclear, e a resolução da ONU autoriza a adoção de sanções econômicas caso ele seja mantido. Não há, porém, acordo em relação ao tipo de punição.

Rússia e China, boas parceiras comerciais de Teerã, são contrárias a punições fortes. A França também reluta. O máximo de consenso até agora é o banimento do Irã de competições esportivas internacionais e outras medidas de caráter simbólico.

Além das divisões na ONU, Ahmadinejad tem petróleo. O Irã é o quarto maior exportador do mundo. Dificilmente teria poder para levar o planeta à escassez, mas sobram-lhe forças para provocar uma alta ainda maior no preço do produto. É o que basta.

Embora Teerã esteja diplomaticamente isolada, não cessa de colecionar vitórias políticas, como vem fazendo no Iraque, no Líbano e provavelmente agora também em relação ao urânio.



CLÓVIS ROSSI

Já ganhou

SÃO PAULO - Salvo o imponderável, que, por definição, não pode entrar na análise, Luiz Inácio Lula da Silva já está reeleito.

Não são apenas as pesquisas que sustentam tal afirmação, embora elas tenham peso determinante. Nos 40 dias transcorridos desde que as pesquisas podem ser consideradas comparáveis, os dois principais candidatos moveram-se apenas na margem de erro.

Assim mesmo, Lula oscilou para cima, Alckmin, para baixo. Supor que possa haver uma guinada nos 40 dias que faltam até o voto é questão de fé, não de política.

Além disso, trata-se da campanha mais fria da história democrática. Se bopear, até algumas eleições decididas pelo Alto Comando do Exército tiveram mais emoção. Frieza favorece sempre a situação, jamais a oposição.

Mesmo que a oposição entre pesadamente na questão ética, dificilmente mudará o quadro. Pesquisa Datafolha deste mesmo ano mostrava que 81% dos consultados

achavam que havia corrupção no governo Lula, mas, ainda assim, a intenção de voto nele passava levemente dos 40% (aliás, com Fernando Henrique Cardoso deu-se fato parecido em 1998).

Corrupção não parece fator essencial para definir o voto, a partir do disseminado pressuposto de que "roubar, todos roubam".

O que está decidindo o voto é a comparação entre as gestões do PSDB e a de Lula. Ganha Lula, ainda que ambas tenham sido medíocres. Criar 5 milhões de empregos (mesmo com as dúvidas estatísticas sobre esse número) é medíocre para um país que necessitaria 10 milhões, segundo o próprio Lula. Mas é mais que o emprego criado por FHC. Ponto.

Falta o debate que vá além da comparação entre mediocridades. Por exemplo: é possível —e como é possível?— criar os tais 10 milhões de empregos? Fica para janeiro de 2007. Ou para 2010.

crossi@uol.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

Infidelidade

RIODEJANEIRO - Depois das sabbatinas com Sérgio Cabral (PMDB), Marcelo Crivella (PRB) e Denise Frossard (PPS), os principais candidatos ao governo do Rio, chega-se a duas conclusões: 1) nenhum deles tem a menor idéia de como combater a guerra civil no Estado; e 2) sem uma profunda reforma partidária, não há salvação.

Eles são ótimos exemplos de que o país talvez precise mais urgentemente da reforma partidária do que da política. O momento é oportuno. A cláusula de barreira (mínimo de votos) deve inviabilizar siglas como o próprio PPS da juíza Frossard. A maioria dos partidos está atolada nos escândalos do mensalão e dos sanguessugas.

Ou seja: os pequenos podem morrer de inanição, por falta de votos. E os grandes estão ameaçados pela desmoralização e pela falta de programas e de unidade entre seus líderes —como o PMDB, que Frossard chamou ontem de "monstro prestes a implodir".

Crivella foi eleito senador pelo PL, um dos partidos mais atingidos pelas epidemias tanto do mensalão quanto dos sanguessugas (17 deputados). Mudou-se com malas, bagagens, irmãos da Igreja Universal e o vice-presidente da República, José Alencar, para o recém-fundado PRB. E está com Lula, do PT.

Cabral e Frossard foram tucanos. Ele corre pelo PMDB, não tem candidato a presidente e está atrelado ao casal Garotinho (ex-PDT, ex-PSB). Ela foi para o PPS porque o prefeito César Maia (PFL) impediu que disputasse a prefeitura pelo PSDB e, hoje, está aliada justamente a Maia, com Alckmin. Aliás, sua chapa é PPS (ex-comunista), PFL (liberal, de direita) e PV (dos bem-intencionados verdes). Que bicho é esse? Resposta dela: "Mas ninguém é acusado de roubar".

Num quadro assim, como falar em reforma política, especialmente em "fidelidade partidária"?

elianec@uol.com.br

SERGIO COSTA

Independence Day

RIODEJANEIRO - A data mágica para a campanha de Geraldo, ex-Alckmin, agora é 7 de setembro, para quando está —ou pelo menos estava até o último Datafolha— previsto o início da caça ao Lula com artilharia pesada.

Depois do feriado, começará a reta final da eleição, o povo estará mais ligado na disputa, as denúncias de corrupção e desmandos vão finalmente colar no presidente. Em umas três semanas, calcula o tucano, sua equipe de marketing conseguirá virar um jogo que desde março, mesmo com todas as promessas de que dali em diante a campanha começaria para valer, tem insistido em lhe ser desfavorável.

Primeiro, o motivo era o de que ainda não havia sido ungido candidato tucano. Em seguida, porque o candidato ainda não era conhecido. Assim que o eleitor tomasse ciência de seus feitos, tudo seria diferente. Depois, o novo prazo passou a ser o início do horário eleitoral. Desta

vez, a data mágica virou o Dia da Independência.

É bom se apressar, porque logo adiante estará o 1º de outubro, quando, pelo menos segundo o discurso no programa eleitoral, começará uma nova fase. "Segundo turno é uma outra eleição", se apega à esperança o tucano no ar.

Cuidado, doutor Geraldo. De tanto remarcar data para o início da reação, periga o senhor acordar num 1º de abril. Até lá, terá tempo para entender por que o Zé, que o senhor tomou a vez de disputar o trono, preferiu esquecer seus santinhos no caminho que traçou solitário rumo ao Bandeirantes. Se em São Paulo é assim, imagine no Nordeste. Pergunte aos cearenses.

Aliás, do jeito que os números estão, é capaz de o calendário pular de 1º de outubro para o 1º de janeiro e pegar o senhor, doutor Geraldo, de pijama, com cara de quem foi o último a saber o que lhe aconteceu. Seus colegas estarão assoviando.

DEMÉTRIO MAGNOLI

Compromisso com o argumento

O SOCIÓLOGO português Boaventura de Sousa Santos é um dos tantos intelectuais que exercita o duplificar, defendendo os direitos humanos em Israel com igual vigor com que aplaude a repressão em Cuba. Há dias, ele escreveu na *Folha* que os negros "são pobres porque são negros", ecoando a doutrina difundida pela Secretaria da Igualdade Racial. Essa "verdade oficial" é o alvo da crítica precisa de Ali Kamel no livro "Não Somos Racistas" (Nova Fronteira, 2006).

Kamel confia na força dos argumentos e nunca cede ao lugar-comum. Primeiro, desmonta a operação básica dos racialistas: a junção das categorias censitárias "pretos" e "pardos" numa "raça negra" que desafia tanto a ciência como a consciência dos brasileiros, expressa na autodeclaração de cor. Depois, desnuda uma a uma as manipulações estatísticas da moda, demonstrando que a pobreza no Brasil não é um fruto do racismo.

Entre tantos, um número deveria provocar reflexão nos racialistas: os pobres que se declaram "brancos" somam 19 milhões (são 4 milhões os pobres que se declaram "pretos"). Na lógica de Boaventura de Sousa Santos, "os brancos são pobres porque são brancos", pois não?

O título do livro não é uma negação de que o racismo existe em todo lugar onde há seres humanos, mas um gesto de indignação contra a sugestão de que o ódio racial seja um componente da identidade brasileira. Essa sugestão, contudo, desempenha papel crucial no empreendimento racialista de construção de uma nação dividida em duas "raças" polares.

Argumentos não são bem vistos entre os gerentes da linha de montagem das raças. Um sociólogo americano atuante no Brasil indicou o caminho ao classificar os críticos das leis raciais como "elite branca". Em recente debate na Unicamp, um dirigente do Movimento Negro Unificado apontou os "judeus" como articuladores da carta pública contra essas leis. Em Salvador, semana passada, líderes de manifestação pró-cotas raciais exigiam a "eliminação" dos "demônios brancos". Em tempos de calúnia fácil, escrever tal livro é um ato de coragem, ainda mais se o autor ocupa um cargo executivo no jornalismo das Organizações Globo.

Uma coragem cívica, necessária. Em Ruanda, gritos isolados contra a "elite tutsi" prenunciaram o genocídio. Estamos bem longe disso. Mas, quando o Estado define identidades raciais, explorando o desamparo e o ressentimento, tudo se acelera. As novas fronteiras legais, traçadas entre os pobres, passam dentro dos ônibus, das escolas públicas e das favelas, produzindo inimigos ilusórios, mas perigosamente próximos. É preciso deter os incendiários antes do incêndio.

magnoli@ajato.com.br

DEMÉTRIO MAGNOLI escreve às quintas-feiras nesta coluna.

FRASES

EXAGERO

Há uma intenção do governo dos EUA de exagerar o perigo de o país ter uma arma atômica para justificar um eventual ataque ao Irã e a atual pressão sobre Teerã

EBRAHIM YAZDI

secretário-geral do Partido do Movimento pela Liberdade e um dos líderes da oposição no Irã, dizendo que o país, apesar de, como membro do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, ter o direito de enriquecer urânio para fins pacíficos, não deveria fazê-lo, ontem na *Folha*.

PÔQUER E XADREZ

Enquanto os EUA jogam pôquer na região, o Irã joga xadrez

NADIM SHEHADI

um dos autores do relatório "Irã, seus Vizinhos e as Crises Regionais", dizendo que a destituição dos poderes de Saddam Hussein no Iraque e do Taleban no Afeganistão levariam a influência do Irã no Oriente Médio a superar a dos Estados Unidos, ontem na *Folha*.